

Senado espera Orçamento para fazer reformas

As reformas no Senado vão começar assim que o Orçamento da União for detalhado e o dinheiro chegar ao Congresso Nacional. Serão necessários Cr\$ 497 bilhões para os reparos nos 71 apartamentos funcionais da Casa e no Anexo I, que possui 28 andares. O projeto já está pronto e as verbas programadas para cada obra que deverá ser efetuada.

O primeiro-secretário do Senado, Júlio Campos (PFL-MT) garante que os imóveis funcionais e o próprio prédio do Senado, em especial o Anexo I, não têm manutenção há mais de 20 anos, e que a Casa não teve qualquer tipo de ampliação de área desde 1974, quando foi inaugurado o auditório Petrônio Portela. "Depois disso, foram criados oito novos estados e chegaram à Casa mais 24 senadores. Por isso, a dificuldade de espaço é grande", salienta. Está prevista a construção de um novo prédio para a biblioteca e o serviço médico.

A principal preocupação do senador é com relação ao Anexo I — um dos dois espigões que



Júlio Campos: bombeiro adverte

compõem o perfil original do Congresso. Segundo ele, o prédio está em péssimas condições, colocando em risco a vida de quase dois mil funcionários. O próprio Corpo de Bombeiros já advertiu o Senado, dando um prazo até julho próximo para que se faça uma readequação da parte elétrica e a impermeabilização dos 23 trechos de lajes do edifício. Somente para a reforma do prédio, serão gastos Cr\$ 298 bilhões.

O senador Júlio Campos chegou a comparar o Anexo I aos edifícios Andrauss e Joelma, que por motivos de incêndio, alarmaram o mundo com a morte de centenas de pessoas. "O arquiteto Oscar Niemeyer não permite que se construa saídas externas no prédio", diz o parlamen-

tar. Aqui, não há escadas de incêndio, mas em compensação há muitas infiltrações, esquadrias superadas, problemas elétricos e hidráulicos", ironiza. "O dinheiro do povo que foi investido aqui, não deve ser jogado fora", pondera.

Os 71 imóveis funcionais, a maioria com mais de 20 anos, também carecem de pequenos reparos com urgência, o que exigirá cerca de Cr\$ 160 bilhões. A parte elétrica e as telhas serão priorizadas na reforma. O senador defende que a partir da próxima legislatura, o Senado já possa economizar na manutenção dos apartamentos. Ele propõe que os imóveis sejam vendidos. Em contrapartida, Campos é a favor do pagamento de um auxílio-moradia, aumentando assim o salário indireto dos parlamentares.

Atualmente, um senador recebe cerca de Cr\$ 115 milhões, equivalente ao salário de um deputado federal. Júlio Campos não admite que os parlamentares, em uso dos apartamentos funcionais, arquem com as reformas que são necessárias. "Isso é um patrimônio público", ressalta. Ele acrescenta que os parlamentares já têm de arcar com suas residências em seus estados de origem e que um salário baixo com o deles, inviabiliza a manutenção de mais outro imóvel na capital federal.